



**Rede Portuguesa de Jovens
para a Igualdade de Oportunidades
entre Mulheres e Homens (REDE)**

I Seminário Transfronteiriço sobre “Estratégias de participação”

Andaluzia, Algarve, Alentejo

Marta Terra

Voluntariado e cidadania

- A REDE -

Gostaria de iniciar, agradecendo - em nome da Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens (REDE) – à organização Mundo Solidário este convite.

A nossa actividade assenta no voluntariado e tem por base pessoas, jovens, empenhadas numa relação pró activa com a sociedade, e tem por objectivo máximo a promoção da igualdade de Género. A REDE procura envolver a juventude, pois surge também da consciência da responsabilidade das gerações presentes e futuras na orientação e manutenção das sociedades democráticas.

A REDE surgiu em 1999, fruto do projecto “Mobilizar as jovens mulheres para a Igualdade na Europa”, desenvolvido pelo *Lobby Europeu das Mulheres* com o intuito de incentivar a consciencialização para as questões da Igualdade de Género entre as jovens na União Europeia. Na sequência deste projecto, procurou-se implementar uma rede ao nível europeu e, também, em Portugal cujo objectivo é o de sensibilizar as e os jovens para a igualdade entre mulheres e homens.

Os nossos projectos têm sido desenvolvidos em torno de cinco objectivos centrais:

- Consciencializar as e os jovens para a igualdade entre mulheres e homens;
- Promover a inclusão das necessidades e interesses específicas das jovens mulheres na agenda política nacional, europeia e internacional;

- Contribuir para que a temática da igualdade de género seja parte integrante da educação formal e não-formal;
- Promover o *mainstreaming* de género nas associações juvenis, isto é, a inserção das questões de género nas actividades, estrutura e cultura organizacional destas associações;
- Aumentar a participação das jovens nos processos e espaços de tomada de decisão.

Procuramos actuar em torno da dupla estratégia no combate à desigualdade de género, ou seja, quer fomentando o *mainstreaming* quer desenvolvendo acções positivas. Em específico, a REDE visa o *mainstreaming* de género no associativismo juvenil, ou seja, a integração da dimensão da igualdade entre mulheres e homens em todas as políticas e acções relacionadas com a juventude. A título exemplificativo, mencionamos alguns dos projectos que têm sido desenvolvidos:

- O TK_ *Gender Youth*: projecto que procura contribuir para o *mainstreaming* de género no associativismo juvenil e na cultura organizacional e actividades dos grupos de jovens, tendo por objectivo a elaboração de um Kit de Formação sobre Género e Juventude, cujos conteúdos abordem como introduzir a temática da igualdade entre raparigas e rapazes na cultura organizacional dos grupos de jovens, e como incluir a dimensão de género no desenho, implementação, acompanhamento e avaliação de projectos de juventude. Na prática, o TK corresponde a um conjunto de dinâmicas que têm por base metodologias de educação não-formal, que poderá ser consultado por todas as pessoas que trabalhem com jovens.

- Um desafio à Coeducação no escutismo: um projecto conjunto entre a REDE, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e o Corpo Nacional de Escutas, que visou a formação em igualdade de género dirigida a formadores/as e chefes de agrupamento do CNE.

- Os “Encontros para a Cidadania”, no âmbito de uma parceria, entre outras entidades, com a Direcção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, e com a Associação Mulher Migrante, tendo esta parceria por objectivo a criação de um ciclo de “Encontros para a Cidadania: A Igualdade entre Mulheres e Homens nas Comunidades Portuguesas” e assim promover este debate nas comunidades. Estivemos presentes em Buenos Aires, em Estocolmo, em Toronto e Joanesburgo.

- A REDE tem-se empenhado, igualmente, na defesa e promoção dos direitos das mulheres através de acções de *lobbying* junto de actores institucionais, da dinamização de campanhas de sensibilização, de acções de formação em matéria da igualdade de género e de acções de informação junto das associações juvenis e dos e das jovens. Fizemos parte da Comissão Executiva do Movimento Jovens pelo Sim, movimento da sociedade civil organizada, a propósito do Referendo de 11 de Fevereiro de 2007 sobre a Despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez.

Mas, enquanto Rede de Jovens que somos, estamos particularmente sensíveis ao défice de participação cívica e política das/os jovens em Portugal e ao défice de participação, em particular, das jovens nos processos e posições de tomada de decisão no associativismo juvenil. Por isso, implementámos um Programa de Mentoria inovador no nosso país, designado “de Mulher para Mulher”, que teve um ano de duração. Este projecto foi estratégico e constituiu uma Acção Positiva cujo público-alvo foram jovens, mulheres, pelas razões já referidas.

A Mentoria tem vindo a ser desenvolvida, noutros países europeus, com o propósito de constituir uma estratégia para reforçar a autonomia e envolvimento das jovens mulheres. A grande vantagem da Mentoria entre mulheres é o facto das jovens poderem encontrar modelos de conduta do mesmo sexo em domínios onde a presença das mulheres ainda é escassa.

Assim, pretendeu-se estimular o aumento da proporção de mulheres activas na política, no seio dos partidos, nas associações e nas organizações não-governamentais, apoiando cerca de 30 jovens que desejavam aceder a postos de responsabilidade e contribuindo assim para o aumento da proporção de mulheres activas na política, no seio dos partidos, nas associações e nas organizações não-governamentais.

A promoção do seu envolvimento na vida pública realizou-se através de relações de mentoria entre as jovens e mulheres com experiência pública; através da participação das jovens num programa de desenvolvimento de competências e, finalmente, através da experienciação da intervenção para a mudança pelas jovens no âmbito do desenvolvimento e implementação de projectos multiplicadores por elas concebidos, entre outras actividades.

Este projecto veio, pois, provar que existem muitas mulheres, jovens e menos jovens, que querem participar de forma activa nas tomadas de decisão cívicas e políticas e que, para tal, investiram e investem tempo, vontade, determinação e recursos de forma voluntariosa na sua própria formação bem como na formação de outras mulheres.

Ainda no âmbito do “de Mulher para Mulher”, achámos também estratégico desenvolver dois instrumentos para o *mainstreaming* de género: o "Argumentário a favor da igualdade de género: perceber e saber do que falamos", e a obra "Raparigas e Rapazes nas Associações Juvenis: Um Guia para o *mainstreaming* de género".

A REDE integrou igualmente, a Estrutura de Missão do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos acompanhando a implementação das diversas acções e contribuindo para a construção de instrumentos de sensibilização para a temática.

Mas estes são apenas alguns dos projectos que desenvolvemos, poderão encontrar mais informações sobre nós nos folhetos disponíveis neste seminário.

O que importa relevar é que em todas as actividades realizadas, procurámos contribuir para o empoderamento dos/as jovens, estimulando a reflexão em torno dos estereótipos de género e das múltiplas formas de discriminação de género; criando um espaço de debate e discussão sobre estas questões; e procurando promover, acima de tudo, uma atitude reflexiva, crítica e impelida para a acção.

Consideramos que o voluntariado contribui, particularmente, para uma cidadania activa. No voluntariado, as actividades são desenvolvidas a partir da iniciativa pessoal e de livre vontade, de forma não remunerada, e o seu objectivo é o trabalho em prol da sociedade como um todo. O valor especial do voluntariado deriva de uma contribuição voluntária para moldar a sociedade. Não se trata de prestação de serviços, ou de substituir trabalho pago por trabalho não pago, ou sequer de substituir o papel dos Governos na sociedade mas, sim, de uma contribuição individual e altruísta; trata-se da participação activa de cidadãos e cidadãs que, com consciência social, se sentem parte de um todo maior e que pretendem contribuir activamente para a construção desse todo maior.

Estamos conscientes que nas sociedades democráticas existe um distanciamento,

cada vez maior, da população jovem em relação ao sistema representativo¹ e uma maior confiança nas organizações não governamentais. O envolvimento em actividades de voluntariado que impliquem, por exemplo, o envolvimento na vida pública contribui para a criação de uma população politicamente literada, o que é fundamental para a preservação dos princípios democráticos. O envolvimento no voluntariado é crucial na educação para a cidadania democrática e para o salto qualitativo da democracia representativa para a democracia participativa.

Por outro lado, as actividades de voluntariado são, sem dúvida, também de grande valor para o desenvolvimento pessoal de quem o pratica. As voluntárias e os voluntários acumulam experiências, conhecimentos, redes de contactos. Têm a oportunidade de experimentar vários papéis sociais, de participar nos processos de decisão, de aprender a negociar e resolver conflitos, de demonstrar o seu sentido de justiça e liderança, de respeito, de assumir e delegar responsabilidades, etc.

Na nossa perspectiva, o voluntariado constitui ainda um importante instrumento de Educação Não-Formal² e que complementa a Educação Formal³ e a formação, constituindo-se, assim, como elemento de empregabilidade, particularmente para as pessoas mais jovens que ainda não entraram no mercado de trabalho.

Mas a maioria das e dos jovens não se apercebem das desigualdades, das discriminações nem mesmo dos estereótipos com base no género até, principalmente, as raparigas entrarem no mercado de trabalho. Sentem que são questões que já estão, na sua quase totalidade, ultrapassadas e resolvidas e, conseqüentemente, não encaram o compromisso para com a igualdade de género como uma luta na qual faz sentido envolverem-se de forma activa.

¹ O estudo EUYOUPART 2003-2005, financiado pela Comissão Europeia, em relação ao envolvimento da juventude, mostra por exemplo que em todos os oito países europeus participantes, os/as jovens confiam mais nas organizações da sociedade civil que nos órgãos governamentais. (Comissão Europeia, 2003-2005) (http://www.sora.at/images/doku/euyoupart_finalcomparativereport.pdf)

²**Aprendizagem Não-Formal:**

Aprendizagem que não decorre em instituições de ensino e formação e não conduz, necessariamente, a certificados formais. No entanto, é estruturada (em termos de objectivos de aprendizagem, tempo de aprendizagem e acompanhamento da aprendizagem). A aprendizagem não-formal é intencional do ponto de vista do/a aprendiz. (Comissão Europeia, 2001b)

³**Aprendizagem Formal:**

Aprendizagem que decorre em instituições de ensino e formação, estruturada (em termos de objectivos de aprendizagem, tempo de aprendizagem e acompanhamento da aprendizagem) e que conduz a diplomas e qualificações reconhecidos. A aprendizagem formal é intencional do ponto de vista do/a aprendiz. (Comissão Europeia, 2001b).

No nosso trabalho, constatamos resistências das/os próprias/os jovens à reflexão sobre estas questões; recorreremos à Educação Não-Formal por contribuir para a aquisição de aprendizagens inerentes ao próprio processo de desenvolvimento pessoal, revelando-se fundamental no tratamento da temática da igualdade entre mulheres e homens.

Desde 2000 que a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa adoptou a recomendação 1437 sobre Educação Não-Formal, “incitando todos aqueles que dão forma às políticas educativas a tomar conhecimento da educação não-formal como parte essencial do processo educativo” e “interpelando os governos e outras autoridades competentes dos Estados-Membro a reconhecer a educação não-formal como um parceiro de facto no processo de aprendizagem ao longo da vida”.

No fundo, consideramos que o conhecimento e a tomada de consciência das desigualdades de género é condição prévia à transformação das relações sociais entre mulheres e homens. E enquanto associação de jovens que trabalha com e para os e as jovens podemos actuar nesse sentido.

Nós, todas e todos (Estado, escolas, famílias, associações, grupos de jovens, etc.), temos a responsabilidade de contribuir para a formação de cidadãos e de cidadãs livres. Mas temos de ter plena consciência de que uma pessoa só é verdadeiramente livre quando as opções que se lhe apresentam e que toma não são constrangidas por estereótipos de género e por práticas sociais discriminatórias.

Estamos empenhadas e empenhados no que fazemos e fazemo-lo conscientes de que a igualdade entre mulheres e homens é matéria de democracia e indispensável ao exercício da cidadania.

Muito obrigada

Huelva, 29/30 de Abril de 2008